

SUMÁRIO

1. CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS.....	45
2. NORMAS DE PRIMEIRO GRAU:PRINCÍPIOS E REGRAS.....	51
2.1 Distinções preliminares.....	52
2.1.1 <i>Texto e norma.....</i>	52
2.1.2 <i>Descrição, construção e reconstrução.....</i>	53
2.2 Panorama da evolução da distinção entre princípios e regras.....	57
2.3 Critérios de distinção entre princípios e regras.....	62
2.3.1 <i>Critério do “caráter hipotético-condicional”.....</i>	62
2.3.1.1 <i>Conteúdo.....</i>	62
2.3.1.2 <i>Análise crítica.....</i>	63
2.3.2 <i>Critério do “modo final de aplicação”.....</i>	67
2.3.2.1 <i>Conteúdo.....</i>	67
2.3.2.2 <i>Análise crítica.....</i>	68
2.3.3 <i>Critério do “conflito normativo”.....</i>	75
2.3.3.1 <i>Conteúdo.....</i>	75
2.3.3.2 <i>Análise crítica.....</i>	76
2.4 Proposta de dissociação entre princípios e regras.....	90
2.4.1 <i>Fundamentos.....</i>	90
2.4.1.1 <i>Dissociação justificante.....</i>	90
2.4.1.2 <i>Dissociação abstrata.....</i>	91
2.4.1.3 <i>Dissociação heurística.....</i>	94
2.4.1.4 <i>Dissociação em alternativas inclusivas.....</i>	95

2.4.2	<i>Crêterios de dissocia�o</i>	99
2.4.2.1	Cr�terio da natureza do comportamento prescrito	99
2.4.2.2	Cr�terio da natureza da justifica�o exigida.....	101
2.4.2.3	Cr�terio da medida de contribui�o para a decisão	104
2.4.2.4	Quadro esquemático	106
2.4.3	<i>Proposta conceitual das regras e dos princípios</i>	107
2.4.4	<i>Análise do uso inconsistente da distin�o fraca entre regras e princípios</i>	114
2.4.5	<i>Análise do uso inconsistente da distin�o forte entre regras e princípios</i>	116
2.4.6	<i>Diretrizes para a análise dos princípios</i>	121
2.4.6.1	Especifica�o dos fins ao máximo: quanto menos específico for o fim, menos controlável será sua realiza�o.....	122
2.4.6.2	Pesquisa de casos paradigmáticos que possam iniciar esse processo de esclarecimento das condi�es que compoem o estado ideal de coisas a ser buscado pelos comportamentos necessários � sua realiza�o	122
2.4.6.3	Exame, nesses casos, das similaridades capazes de possibilitar a constitui�o de grupos de casos que giremem torno da soluço de um mesmo problema central.....	123
2.4.6.4	Verifica�o da existência de cr�terios capazes de possibilitar a delimita�o de quais são os bens jurídicos que compoem estado ideal de coisas e de quais são os comportamentos considerados necessários � sua realiza�o	123
2.4.6.5	Realiza�o do percurso inverso: descobertos o estado de coisas e os comportamentos necessários � sua promo�o, torna-se necessária a verifica�o da exist�nciade outros casos que deveriam ter sido decididoscom base no princípio em análise.....	124

2.4.7	<i>Exemplo do princípio da moralidade</i>	124
2.4.8	<i>Eficácia dos princípios</i>	127
2.4.8.1	Eficácia interna	127
2.4.8.1.1	Conteúdo	127
2.4.8.1.2	Eficácia interna direta	127
2.4.8.1.3	Eficácia interna indireta	128
2.4.8.2	Eficácia externa.....	130
2.4.8.2.1	Conteúdo	130
2.4.8.2.2	Eficácia externa objetiva.....	130
2.4.8.2.3	Eficácia externa subjetiva	133
2.4.9	<i>Eficácia das regras</i>	133
2.4.9.1	Eficácia interna	133
2.4.9.1.1	Eficácia interna direta	133
2.4.9.1.2	Eficácia interna indireta	133
2.4.9.2	Eficácia externa.....	139
2.4.9.2.1	Eficácia seletiva	139
2.4.9.2.2	Eficácia argumentativa.....	140
2.4.9.3	Superabilidade das regras	144
2.4.9.3.1	Justificativa da obediência a regras	144
2.4.9.3.2	Condições de superabilidade...	146
2.5	<i>O convívio entre princípios e regras</i>	153
2.6	<i>A força normativa dos princípios</i>	154
2.7	<i>A distinção condicionada entre princípios e regras</i>	166
3.	NORMAS DE SEGUNDO GRAU:POSTULADOS NORMATIVOS.....	169
3.1	<i>Introdução</i>	169
3.2	<i>Postulados hermenêuticos</i>	171
3.2.1	<i>Considerações gerais</i>	171
3.2.2	<i>Postulado da Coerência</i>	172
3.2.2.1	Da hierarquia à coerência	172
3.2.2.2	Coerência substancial	178
3.2.2.2.1	Fundamentação por suporte	178
3.2.2.2.2	Fundamentação por justifica- ção recíproca	180

3.3	<i>Postulados normativos aplicativos</i>	182
3.4	<i>Análise do uso inconsistente de normas e metanormas</i>	185
	3.4.1 <i>Consequências</i>	186
3.5	<i>Diretrizes para a análise dos postulados normativos aplicativos</i>	188
	3.5.1 <i>Necessidade de levantamento de casos cuja solução-tenha sido tomada com base em algum postulado normativo</i>	188
	3.5.2 <i>Análise da fundamentação das decisões para verificação dos elementos ordenados da forma como foram relacionados entre si</i>	188
	3.5.3 <i>Investigação das normas que foram objeto de aplicação dos fundamentos utilizados para a escolha de determinada aplicação</i>	189
	3.5.4 <i>Realização do percurso inverso: descoberta a estrutura exigida na aplicação do postulado, verificação da existência de outros casos que deveriam ter sido decididos com base nele</i>	189
3.6	<i>Espécies de postulados</i>	190
	3.6.1 <i>Considerações gerais</i>	190
	3.6.2 <i>Postulados inespecíficos</i>	191
	3.6.2.1 <i>Ponderação</i>	191
	3.6.2.2 <i>Concordância prática</i>	193
	3.6.2.3 <i>Proibição de excesso</i>	194
	3.6.3 <i>Postulados específicos</i>	199
	3.6.3.1 <i>Igualdade</i>	199
	3.6.3.2 <i>Razoabilidade</i>	200
	3.6.3.2.1 <i>Generalidades</i>	200
	3.6.3.2.2 <i>Tipologia</i>	201
	3.6.3.3 <i>Proporcionalidade</i>	211
	3.6.3.3.1 <i>Considerações gerais</i>	211
	3.6.3.3.2 <i>Aplicabilidade</i>	213
	3.6.3.3.3 <i>Exames inerentes à proporcionalidade</i>	216

3.6.3.3.4	Intensidade do controle dos outros Poderes pelo Poder Ju- diciário.....	229
3.7	<i>Análise da falta de diferenciação entre os postulados.....</i>	<i>231</i>
4.	CONCLUSÕES.....	235
	BIBLIOGRAFIA	239